

# RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2018

Senhores Acionistas, A administração da Companhia de Saneamento do Pará, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração, com uma visão geral das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2018, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis aceitos no Brasil, adotando as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que atendem aos padrões internacionais.

**A EMPRESA** - A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma sociedade por ações de economia mista, criada pelo Governo do Estado do Pará, nos termos da Lei Estadual nº 4.336, de 21 de Dezembro de 1970, com a missão de atender a população urbana do Estado do Pará com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, operando atualmente em 53 municípios e 9 vilas, com uma cobertura urbana de 73,25% e atendimento em 51,46% em abastecimento de água, e cobertura de 9,10% e 6,8% de atendimento em coleta de esgoto sanitário

A Companhia promove apoio técnico à elaboração dos Planos de saneamento básico nas vertentes de Abastecimento de água e Esgotamento sanitário e, acompanha o processo de regularização da concessão desde o Convênio de Cooperação, a elaboração do plano, audiências e consultas públicas, criação de conselhos e comitês de controle social, até a celebração do Contrato de Programa, que são ações continuadas sendo implementadas em diferentes estágios nos municípios onde a companhia opera. A COSANPA vem tentando superar todos os limites, com o intuito de melhorar, cada vez mais, a qualidade do abastecimento nos 53 municípios atendidos. Apesar das dificuldades das distâncias geográficas, a empresa vem vencendo obstáculos e encontrando alternativas para levar água aos lugares mais difíceis, caminhando em direção a sua auto-sustentabilidade. E para isso precisa vencer desafios, como os altos índices de inadimplência e de desperdício. Este último causado, principalmente, por ligações clandestinas na tubulação. Melhorar a qualidade dos serviços para satisfazer o cliente da COSANPA é o principal objetivo da Companhia.

OBRAS/PROJETOS		
SITUAÇÃO	MUNICIPIOS	FONTE DE RECURSOS
OBRA INAUGURADA/CONCLUÍDA	Belém/Itaituba/Marabá	R\$ 39,38 milhões União/R\$ 56,37 milhões FGTS/RS84,04 milhões GEP.
OBRAS EM ANDAMENTO	Belém/Marabá/Breves/Moju/Santarém/Marituba/Oriximiná/Alenquer/Castanhal/Ananindeua/Monte Alegre/Faro/Viseu	R\$ 378,68 milhões do FGTS/ R\$ 236,62 milhões do GEP/ R\$ 118,84 milhões da União.
PROJETOS EM ANDAMENTO	Belém/Ananindeua/ Marituba	R\$ 20,6 milhões da União/ R\$ 0,08 milhões do Governo do Estado.
OBRA AGUARDANDO LIBERAÇÃO DE RECURSOS	Marabá/Belém/ Ananindeua	R\$ 301,47 milhões da União/ R\$ 25,76 milhões GEP
EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS	Diversos municípios cadastrados no Programa Avançar Cidades do MCIDADES	R\$ 915,08 milhões de financiamento FGTS e R\$ 48,33 milhões do GEP

**SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA**  
No ano 2018, para o suprimento de água à população dos 53 municípios no Estado do Pará, a COSANPA operou e manteve 812 unidades operacionais. Os serviços de água tratada têm seu atendimento regulado pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde. Foram realizadas 8.460 análises físico-químicas e bacteriológicas correspondente a 32.962 parâmetros básicos (Ph, cor, turbidez, cloro residual e coliformes) no processo de monitoramento da qualidade de água disponibilizada para consumo. Destacam-se em 2018, as seguintes melhorias nos sistemas de abastecimento de água: assentamento e substituição de 5.145 metros de rede de distribuição, executados na Região Metropolitana de Belém - RMB; Construção de 2 (dois) poços profundos nos setores Pratinha I, CDP; Aquisição de 77 (setenta e sete) conjuntos motor bomba submersos para poços e 21 (vinte e um) bombas de eixo horizontal para elevatórias; totalizando um investimento com recursos próprios de R\$ 3.566.395,92 (três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos); reparos em adutoras e redes de distribuição de água para suprir um total de 8.196 vazamentos da Capital e do Interior, correspondente a 99,52% das Ordens de Serviços registradas, sendo 4.672 na Capital e 3.524 no Interior; recuperação de 427 equipamentos eletromecânicos.

**SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**  
Para coletar e tratar os esgotos sanitários da população atendida da região metropolitana de Belém, além da rede coletora e dos interceptores, a COSANPA operou as estações de tratamento de esgoto - ETE's. Com relação às ETE- Sideral, ETE-I, ETE-II e ETE-Fé em Deus, ressaltamos que as mesmas encontram-se desativadas, após ações de invasões por meliantes,. Os motivos que levaram a paralisação das ETE'S foram saques, roubos, furtos, vandalismo. Quanto a ETE-Mosqueiro (Aeroporto), já se encontrava desativada desde janeiro/2016, quando ocorreu sua encampação pela COSANPA. A empresa realizou ações de reabilitação no sistema de esgotamento sanitário, visando o melhor desempenho operacional, destacando-se a desobstrução de um total de 25.914 metros de rede coletora de esgoto e de ramais prediais de esgoto, sendo 23.957 metros de rede coletora e 1.984 metros de ramais prediais, bem como a recuperação de um total de 2.026 metros referentes a ramais prediais e redes coletoras de esgoto, sendo 82 metros de ramais prediais e 1.944 metros de redes coletoras.

**AGUAS DOS MUNICIPIOS**  
• **Reajuste Tarifário Ocorrido Em 02/08/2018 com Vigência A Partir De 01/09/2018 de 10%, conforme Resolução 004/2018 CSA AMAE** - Pleito apresentado em conformidade com a Resolução DO CSA AMAE, o qual autorizou o reajuste de 10%, fundamentado no Parecer Técnico 008/2018 GRAF/ AMAE/BELÉM de 09 de julho de 2018 e que, "consiste na reavaliação das condições de prestação de serviços e das tarifas praticadas, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e reavaliação das condições de mercado (art. 38 da Lei 11.445/07). Contudo, busca - se, reavaliar, periodicamente, as condições do contrato de programa e do equilíbrio econômico-financeiro da COSANPA"

Além do apresentado acima, para o Município de Santarém não houve reajustamento pelo segundo ano consecutivo.

Continuamos diligentes para corrigir o déficit tarifário do Sistema Santarém, mantendo o objetivo de corrigir o desequilíbrio econômico das tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de recuperar perdas inflacionárias históricas que comprometem sobremaneira a manutenção das redes existentes e a ampliação dos sistemas para melhor atendermos a população.

• **Manutenção e Monitoramento de metas para crescimento do faturamento e da arrecadação para todas as unidades de negócios da COSANPA e das metas desafios, estabelecidas prioritariamente, para os seguintes municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Santarém, Óbidos, Castanhal, Capanema, Bragança, Salinas, Marabá, Dom Eliseu, Abaetetuba e Igapé-Miri:** Com base nas metas definidas em 2018, combinadas com a recuperação de tarifas, demos continuidade a estratégia da Presidência e Diretoria de Mercado para incremento de faturamento e arrecadação, fazendo a manutenção e monitoramento das estratégias das ações e dos resultados em todas as unidades de negócios da capital e do interior. Desta forma, otimizamos o uso dos escassos recursos disponibilizados para a concretização das ações, com priorização das que resultem recuperação de crédito e diminuição do índice de inadimplência. E, apesar do constante cenário de dificuldade financeira da COSANPA, com efeito ainda em 2018, conseguimos resultados expressivos de arrecadação que alcançaram recordes em julho e outubro, cujos respectivos resultados foram R\$ 20.138.039,00 e R\$ 20.892.691,00. Estes ainda sem o efeito dos 10% de reajustes concedidos em setembro.

• **Nova contratação de empresas de prestação de serviços para inclusão dos clientes inadimplentes nos serviços de proteção de créditos e enriquecimento de dados cadastrais:** Para dar continuidade ao sucesso alcançado em 2016, com o processo de negatização dos clientes inadimplentes, contratamos a empresa que já iniciou seus serviços em novembro de 2018, com que pretendemos recuperar R\$ 5.000.000,00 em crédito, com custo de 3,50% do valor recuperado.

• **Campanha de recuperação de créditos de clientes inadimplentes:** De 05 de novembro a 05 de janeiro de 2019, está sendo realizada a quarta edição da Campanha Conta em Dia, durante a qual pretendemos como meta recuperar R\$ 12.458.626,43 em créditos dos clientes inadimplentes, recebendo 43,37% em pagamento imediato, correspondente à negociações à vista e pagamento de entradas de parcelamento de contas.

**DEMONSTRATIVO DE PESSOAL**  
Nesse exercício, considerando o cenário econômico/financeiro, a meta foi manter as condições de trabalhos, honrar as obrigações trabalhistas e as cláusulas negociadas através do Acordo Coletivo de Trabalho e admissão de 125 classificados no concurso Público nº 001/2017 em substituição aos empregados temporários contratados devido a absorção dos sistemas operacionais sob a gestão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB) do Município de Belém e 15 para atender os Municípios de Abaetetuba e Monte Alegre que eram atendidos por prestadores de serviços contratados, e ainda, a Diretoria Colegiada autorizou a chamada de 51 (cinquenta e um) concursados do Cadastro Reserva ou banco de aprovados de vários cargos e para atender diversas áreas da Companhia, contribuindo para diminuir a carência de mão-de-obra no quadro de empregados.

**Fonte:** Relatório de Informações Gerenciais (RIG) – base Dez/2018.

DEMONSTRATIVO DE PESSOAL								
Administração de Pessoal	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Empregados	1324	1283	1286	1351	1342	1494	1475	1482
Estagiários	278	250	194	194	184	176	177	177
Programa Menor Aprendiz	28	30	43	41	45	46	56	53
<b>Total</b>	<b>1630</b>	<b>1563</b>	<b>1523</b>	<b>1586</b>	<b>1571</b>	<b>1716</b>	<b>1708</b>	<b>1712</b>

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**  
A Receita Operacional Líquida de 2018 (R\$ 315.875.567,00) apresentou um aumento de 26,99% em relação a 2017 (R\$ 248.733.451,44), motivado pelo reajuste da tarifa de água e esgoto no percentual de 8,5% a partir de dezembro/2017, 5,9% a partir de fevereiro/2018 e 10% a partir de setembro/2018. O Custo dos Serviços em 2018 (R\$ 286.171.158,49) apresentou um aumento de 9,09% em relação a 2017 (R\$ 262.329.584,69). Mesmo com o aumento dos custos dos serviços o exercício de 2018 encerrou com um lucro bruto operacional na ordem R\$ 29,7 milhões. No exercício de 2017 não apresentou lucro bruto operacional, apresentou saldo negativo na ordem de R\$ 13,6 milhões. O aumento verificado no custo decorreu, principalmente, em razão aumento da tarifa de energia elétrica 11,75% durante o exercício de 2018 e reajuste 3% nas verbas salariais e benefícios, como Ticket Alimentação, referente ao ACT 2017/2018. Este impacto não foi maior nas contas da empresa, em virtude de não ter sido aplicado o percentual de reajuste salarial da data base maio de 2016 que se encontra em dissídio coletivo. O exercício de 2018 encerrou com um prejuízo antes da tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 224,1 milhões, inferior ao prejuízo do exercício de 2017 que foi de R\$ 246,9 milhões. O prejuízo de 2018 foi afetado principalmente em decorrência dos encargos financeiros com redução de R\$ 42,5 milhões em relação ao exercício de 2017, aumento da receita operacional líquida em torno de 26,99% em relação ao exercício de 2017. O Governo do Estado aportou no exercício de 2018 R\$ 150,1 milhões e no exercício de 2017 R\$ 129,2 milhões, a título de aumento de capital.

COMPROMISSOS A PAGAR	2018 (R\$ MILHÕES)	2017 (R\$ MILHÕES)
Fornecedores	71,2	70,7
Tributos	616,1	311,0
Tributos Negociados Curto Prazo	33,1	10,1
Tributos Negociados Longo Prazo	331,9	279,9
Contingências Cível/Trabalhista	63,7	58,4
Provisões Trabalhistas	30,4	19,4
Financiamento em Moeda Estrangeira	76,9	65,1
Tributos Diferidos	81,9	84,9
Outras Contas a Pagar	7,7	6,6
<b>Total</b>	<b>1.312,9</b>	<b>906,1</b>

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS		
INDICADORES	2018	2017
EBITDA (R\$ milhões)	(145,4)	(133,569)
Liquidez Corrente	0,19	0,30
Liquidez Geral	0,19	0,26
Endividamento Geral (%)	78	54

## BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de Dezembro (Valores em Reais)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	2017
			Reapresentado	Publicado
<b>CIRCULANTE</b>		<b>146.147.878,95</b>	<b>126.002.983,93</b>	<b>126.002.983,9</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		4.321.915,01	2.193.710,66	2.193.710,66
Depósitos Bancários Livres		2.354.649,41	1.969.284,65	1.969.284,65
Depósitos Bancários Vinculados		1.967.265,60	224.426,01	224.426,01
Contas a Receber de Clientes	4	132.947.449,04	113.345.216,39	113.345.216,39
Outras Contas a Receber		3.911.539,59	4.402.029,56	4.402.029,56
Adiantamento a Funcionários		1.946.686,24	2.009.836,60	2.009.836,60
Despesas do Exercício Seguinte		528.460,29	469.895,76	469.895,76
Impostos e Contribuições a recuperar		444.368,89	2.707.319,08	2.707.319,08
Almojarifado		2.047.459,89	874.975,88	874.975,88
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.546.243.819,91</b>	<b>1.540.500.609,78</b>	<b>1.540.500.609,78</b>
Realizável a Longo Prazo		99.210.615,96	110.280.611,65	110.280.611,65
Depósitos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a Recuperar	5	81.902.675,16	84.969.800,06	84.969.800,06
Depósitos Judiciais	10	8.771.304,74	17.226.881,30	17.226.881,30
Contas a Receber de Clientes	4	8.536.636,06	8.083.930,29	8.083.930,29
Intangível Líquido	6a	750.175.702,06	788.118.474,85	788.118.474,85
Imobilizado Técnico Líquido	6b	6.225.701,63	6.306.476,57	6.306.476,57
Obras em Andamento	6b	691.631.800,26	635.795.046,71	635.795.046,71
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.692.391.698,86</b>	<b>1.666.503.593,71</b>	<b>1.666.503.593,71</b>

PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017	2017
			Reapresentado	Publicado
<b>CIRCULANTE</b>		<b>759.117.653,83</b>	<b>707.280.348,84</b>	<b>417.558.575,01</b>
Fornecedores		71.212.439,50	70.718.571,26	70.718.571,26
Financiamentos	7	604.000,00	465.640,46	465.640,46
Impostos e Contribuições	8	649.196.082,34	610.127.562,97	320.405.789,14
Contingência a Pagar	9	14.791.553,11	9.840.310,45	9.840.310,45
Outras Contas a Pagar		7.750.360,07	6.593.712,90	6.593.712,90
Provisões Trabalhistas	11	15.563.218,81	9.534.550,80	9.534.550,80
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>553.785.804,96</b>	<b>488.504.676,55</b>	<b>488.504.676,55</b>
Financiamentos	7	76.297.928,09	65.137.180,27	65.137.180,27
Impostos e Contribuições	8	331.934.827,82	279.973.823,71	279.973.823,71
Provisões para Contingências	10	63.650.373,89	58.423.872,51	58.423.872,51
Tributo Diferido		81.902.675,16	84.969.800,06	84.969.800,06
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>379.488.240,07</b>	<b>470.718.568,32</b>	<b>760.440.342,15</b>
Capital Social	12a	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00
Créditos para Aumento de Capital	12b	658.654.983,83	508.537.683,77	508.537.683,77
Reserva de Reavaliação	12c	158.987.546,12	164.941.376,78	164.941.376,78
Prejuízos Acumulados		(2.738.154.289,88)	(2.502.760.492,23)	(2.213.038.718,40)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.692.391.698,86</b>	<b>1.666.503.593,71</b>	<b>1.666.503.593,71</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Notas Explicativas	2018	2017	2017
			Reapresentado	Publicado	Publicado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	13	<b>315.875.567,00</b>	<b>248.733.451,44</b>	<b>248.733.451,44</b>	
Custo dos Serviços	14	(286.171.158,49)	(262.329.584,69)	(262.329.584,69)	
<b>LCURO BRUTO</b>		<b>29.704.408,51</b>	<b>(13.596.133,25)</b>	<b>(13.596.133,25)</b>	

DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS				
<b>Despesas Comerciais</b>		<b>(125.756.112,94)</b>	<b>(94.738.698,29)</b>	<b>(94.738.698,29)</b>
Pessoal		(4.289.562,67)	(3.816.563,02)	(3.816.563,02)
Serviços de Terceiros		(16.648.578,03)	(13.398.852,37)	(13.398.852,37)
Depreciação, Provisões e Amortização		(104.616.164,22)	(77.324.404,31)	(77.324.404,31)
Outras		(201.808,02)	(198.878,59)	(198.878,59)
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>		<b>(86.948.811,18)</b>	<b>(66.317.166,74)</b>	<b>(66.317.166,74)</b>
Pessoal		(43.382.073,49)	(43.873.334,45)	(43.873.334,45)
Serviços de Terceiros		(12.744.186,95)	(14.148.387,72)	(14.148.387,72)
Depreciação, Provisões e Amortização		(29.425.225,03)	(7.062.949,63)	(7.062.949,63)
Tributárias		(72.490,34)	(50.785,72)	(50.785,72)
Outras		(1.324.835,37)	(1.181.709,22)	(1.181.709,22)
<b>Despesas/Receitas Financeiras</b>		<b>(58.301.895,61)</b>	<b>(361.103.255,07)</b>	<b>(71.381.481,24)</b>
Juros e Encargos Financeiros		(55.781.480,10)	(367.689.626,69)	(77.967.852,86)
Variações Monetárias e Cambiais		(11.607.47,82)	397.754,23	397.754,23
Receitas Financeiras		8.640.332,31	6.188.617,39	6.188.617,39
<b>Outras Despesas/Receitas Operacionais</b>		<b>(3.112.341,99)</b>	<b>(870.084,80)</b>	<b>(870.084,80)</b>
Ressarcimento e indenizações		337.524,40	687.657,41	687.657,41
Outras Receitas		325.377,58	1.802.141,70	1.802.141,70
Outras Despesas		(3.775.243,97)	(3.359.883,91)	(3.359.883,91)
<b>LCURO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>		<b>(244.414.753,21)</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(244.414.753,21)</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>
Prejuízo por lote de 1.000 ações		(106,27)	(233,32)	(107,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		2018	2017	2017
		Reapresentado	Publicado	Publicado
Prejuízo do exercício	(244.414.753,21)	(536.625.338,15)	(246.903.564,32)	(246.903.564,32)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>(244.414.753,21)</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>2.300.000.000,00</b>	<b>379.347.220,55</b>	<b>171.069.952,39</b>	<b>(1.975.420.874,75)</b>	<b>874.996.298,19</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.128.575,61)	6.128.575,61	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-			



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

DESCRIÇÃO	2018		2017	
		Reapresentado		Publicado
<b>1 - RECEITA</b>	<b>240.201.575,36</b>	<b>196.248.301,74</b>	<b>196.248.301,74</b>	
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	347.793.520,46	274.314.497,67	274.314.497,67	
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(104.479.603,11)	(77.196.111,13)	(77.196.111,13)	
1.3) Outras Despesas	(3.112.341,99)	(870.084,80)	(870.084,80)	
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)</b>	<b>187.828.187,54</b>	<b>146.516.214,66</b>	<b>146.516.214,66</b>	
2.1) Matéria-prima Consumida	1.487.329,47	1.265.727,38	1.265.727,38	
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	800.921,83	675.022,18	675.022,18	
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	93.462.377,76	82.336.095,57	82.336.095,57	
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	92.077.558,48	62.239.369,54	62.239.369,54	
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>52.373.387,82</b>	<b>49.732.087,08</b>	<b>49.732.087,08</b>	
<b>4 - RETENÇÕES</b>	<b>40.736.947,67</b>	<b>44.175.747,17</b>	<b>44.175.747,17</b>	
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	40.736.947,67	44.175.747,17	44.175.747,17	
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>11.636.440,15</b>	<b>5.556.339,91</b>	<b>5.556.339,91</b>	
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>8.640.332,31</b>	<b>6.188.617,39</b>	<b>6.188.617,39</b>	
6.1) Receitas Financeiras	8.640.332,31	6.188.617,39	6.188.617,39	
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>20.276.772,46</b>	<b>11.744.957,30</b>	<b>11.744.957,30</b>	
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>20.276.772,46</b>	<b>11.744.957,30</b>	<b>11.744.957,30</b>	
8.1) Pessoal e Encargos	165.758.853,95	155.446.591,05	155.446.591,05	
- Direta	97.772.367,64	91.500.890,71	91.500.890,71	
- Encargos	34.718.371,67	31.689.791,17	31.689.791,17	
- Benefícios	33.268.114,64	32.255.909,17	32.255.909,17	
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	31.990.443,80	25.631.831,95	25.631.831,95	
- Federal	31.917.953,46	25.581.046,23	25.581.046,23	
- Municipal	72.490,34	50.785,72	50.785,72	
8.3) Juros e Variações Monetárias	66.942.227,92	367.291.872,45	77.570.098,62	
8.4) Prejuízo Retido	(244.414.753,21)	(536.625.338,15)	(246.903.564,32)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em Reais)**  
**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**-A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituída pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituída pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, criando as microrregiões de saneamento básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON. A Companhia de Saneamento do Pará opera em 53 municípios e esta em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007. Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2017 foram com os municípios de: ALENQUER, ANANINDEUA, BELÉM, BREVES, CASTANHA, MARITUBA, MONTE ALEGRE E SANTARÉM. Total de 08 municípios. Existem concessão anterior a Lei do Saneamento, e a Constituição Federal de 1988, porém, ainda vigente no município de:- Inhangapi. Total de 01 município. Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios:- Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Nova Timboteua, Óbidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu. Total de 31 municípios. Municípios com Concessões vencidas:- Afuá, Augusto Corrêa, Cachoera do Arari, Capitão Poço, Jacundá, Faro, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Tailândia. Total de 13 municípios. A partir da assinatura de Contrato de programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar num cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**- As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003 indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

**NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**- As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

- a) **Contas a Receber de Clientes**- Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.
- b) **Provisão para Perdas na Realização de Créditos**- Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.
- c) **Depósitos Judiciais**- São registrados pelo valor original do depósito.
- d) **Almoxarifado**- O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem em valores de reposição ou de realização.
- e) **Intangível**- A Companhia, em atendimento à Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como inclusive colegiado, planejar, executar e controlar o poder concedente dos serviços de saneamento básico, em colaboração por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse de usuário e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as intangíveis.
- f) **Imobilizado**- Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.
- g) **Obras em Andamento**- Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.
- h) **Imposto de Renda e Contribuição Social**- Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%.  
O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.
- i) **Passivo Circulante e Passivo Não Circulante**- Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.
- j) **Reserva de Reavaliação**- É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.
- k) **Despesas Capitalizáveis**- Os gastos com pessoal envolvidos na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.
- l) **Apuração do Resultado**- As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- m) **Variações Monetárias e Cambiais**- Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

**NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.**

- a) As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.
- b) As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

	2018		2017	
	Particular	Pública	Total	Total
<b>FAIXA DE IDADE</b>				
A Vencer	68.255.339,11	2.692.978,98	70.948.318,09	58.630.234,76
Vencidas até 90 dias	39.244.350,09	2.287.430,53	41.531.780,62	36.867.091,18
Vencidas de 91 a 180 dias	30.808.808,42	1.221.270,41	32.030.078,83	25.931.820,74
Vencidas de 181 a 360 dias	56.859.093,92	1.511.869,35	58.370.963,27	44.071.040,30
Vencidas a mais de 360 dias	494.503.147,12	14.890.682,72	509.393.829,84	471.857.713,61
<b>Sub-total</b>	<b>689.670.738,66</b>	<b>22.604.231,99</b>	<b>712.274.970,65</b>	<b>637.357.900,59</b>
Perdas no Recebimento de Créditos	(554.388.333,48)	(16.402.552,07)	(570.790.885,55)	(515.928.753,91)
<b>Total</b>	<b>135.282.405,18</b>	<b>6.201.679,92</b>	<b>141.484.085,10</b>	<b>121.429.146,68</b>
Longo Prazo	8.536.636,06	-	8.536.636,06	8.083.930,29
Curto Prazo	126.745.769,12	6.201.679,92	132.947.449,04	113.345.216,39

c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

	2018		2017	
Descrição				
Saldo no Início do Exercício		(515.928.753,91)		(486.681.846,22)
Valores Registrados como Perda		(100.446.415,09)		(73.436.786,10)
Baixas Ocorridas		45.584.283,45		44.189.878,41
<b>Saldo no Final do Exercício</b>		<b>(570.790.885,55)</b>		<b>(515.928.753,91)</b>

**NOTA 5 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR**

Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual a provisão de IR/CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34 alínea "a" item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifária que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2018 foi de R\$ 3.067.124,90 ficando o saldo em 31/12/2018 de R\$ 81.902.675,16.

**NOTA 6 - INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.**

- a) **Intangível**-Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

	2018		2017	
Descrição por Conta				
Sistema de Água	886.494.988,10		885.169.809,43	
Sistema de Esgoto	51.538.159,84		51.521.505,47	
Sistema de Água - Reavaliação	326.447.740,65		326.447.740,65	
Sistema de Esgoto - Reavaliação		3.849.832,64		3.849.832,64
<b>Sub-total</b>	<b>1.268.330.721,23</b>		<b>1.266.988.889,19</b>	

Amortização Acumulada - Sistema de Água	(413.817.280,30)	(384.751.793,01)
Amortização Acumulada - Sistema de Esgoto	(13.923.084,87)	(12.655.676,91)
Amortização Acumulada - Reavaliação	(90.414.654,00)	(81.462.943,42)
<b>Total</b>	<b>750.175.702,06</b>	<b>788.118.474,85</b>

Descrição	2018		2017	
	Taxa	Reapresentado	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	46.810.037,04	58.179.120,54	(2.051,65)
Poços	5%	20.720.493,87	1.735.562,91	(9.187.767,67)
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00
Construção Civil	4%	241.855.769,44	92.285.196,28	(120.009.481,43)
Instalações	10%	48.857.166,76	876.676,57	(33.490.337,45)
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	(7.445.411,85)
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	(7.836.520,58)
Tubulações	2%	374.963.070,13	264.825.981,96	(124.187.907,80)
Equipamentos	10%	65.207.744,81	17.928.179,72	(37.326.648,58)
Equip. Informática	20%	18.189,10	0,00	(12.637,08)
Máquinas/Tratores	25%	0,00	14.170,00	0,00
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	(132.533,37)
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00
<b>Total</b>		<b>823.733.593,77</b>	<b>444.597.127,46</b>	<b>(339.631.297,46)</b>

b) **Imobilizado**-Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

	2018		2017	
Descrição		Reapresentado		Reapresentado
<b>Em Operação</b>				
Sistema de Água		3.773.822,53		3.756.883,55
Bens de uso Geral		30.381.475,57		30.181.003,01
Bens de uso Geral - Reavaliação		7.081.875,75		7.081.875,75
<b>Sub-total</b>		<b>41.237.173,85</b>		<b>41.019.762,31</b>
Depreciação Acumulada - Sistema de Água		(3.735.918,37)		(3.729.160,93)
Depreciação Acumulada - Bens de Uso Geral		(26.200.980,14)		(24.978.796,08)
Depreciação Acumulada - Reavaliação		(6.074.573,71)		(6.005.328,73)
<b>Total em Operação</b>		<b>5.225.701,63</b>		<b>6.306.476,57</b>
<b>Em Construção</b>				
Sistema de Água		579.037.850,98		506.177.540,00
Sistema de Esgoto		108.305.729,97		88.617.394,81
Bens de Uso Geral		18.900,00		18.900,00
Gerenciamento de Projeto		2.713.133,64		39.512.365,26
Implantação de Software		1.418.075,00		1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização		138.110,67		50.771,64
<b>Total em Construção</b>		<b>691.631.800,26</b>		<b>635.795.046,71</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>696.857.501,89</b>		<b>642.101.523,28</b>

Descrição	2018		2017	
	Taxa	Reapresentado	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	<b>0,0</b>	0,00	1.010.262,23	1.010.262,23
Poços	<b>5%</b>	247.432,48	0,00	0,00
Construção Civil	<b>4%</b>	4.293.451,48	10.337.893,75	(4.092.089,99)
Instalações	<b>20%</b>	348.319,16	181.756,35	(348.319,16)
Hidrômetros	<b>10%</b>	1.432,16	1.438,94	(1.432,16)
Tubulações	<b>2%</b>	6.678,69	90.760,65	(6.678,69)
Equipamentos	<b>10%</b>	7.471.942,60	669.218,47	(5.374.960,72)
Móveis Utensílios	<b>10%</b>	1.498.629,73	96.501,28	(1.275.374,70)
Equip Informática	<b>20%</b>	2.652.071,97	6.529,72	(2.423.198,53)
Máquinas/tratores	<b>25%</b>	831.062,27	31.404,94	(830.859,07)
Veículos	<b>20%</b>	9.895.300,80	1.465.643,79	(8.583.351,18)
Ferramentas	<b>20%</b>	73.782,61	25.659,78	(7.084,22)
<b>Total</b>	<b>***</b>	<b>27.320.103,96</b>	<b>13.917.069,89</b>	<b>(23.190.780,90)</b>

**NOTA 7 - FINANCIAMENTOS.**

a) Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização cambial do valor principal e dos juros ocorrerá através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar), cujo vencimento final ocorrerá em 11/04/2024. Para a conversão do saldo em 31/12/2018, foi utilizada a cotação de US\$ 3,8748.

- b) Os financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício:

	2018		2017	
Descrição		Reapresentado		Reapresentado
<b>Saldo Inicial</b>		<b>65.602.820,71</b>		<b>64.654.299,93</b>
Juros Provisionalizados		3.469.904,46		2.745.440,09
Variação Cambial Incorrida		11.160.747,81		962.880,32
Juros Pagos		(3.331.544,89)		(2.759.799,63)
<b>Saldo Final</b>		<b>76.901.928,09</b>		<b>65.602.820,71</b>



Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco possível e provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas possíveis e prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado
Trabalhista e Cível	4.764.956,78	9.791.283,17	63.650.373,89	58.423.872,51
Depósito Recursal	4.006.347,96	7.435.598,13	-	-
<b>Total</b>	<b>8.771.304,74</b>	<b>17.226.881,30</b>	<b>63.650.373,89</b>	<b>58.423.872,51</b>

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

**NOTA 11 – PROVISÕES TRABALHISTAS**- Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2018	2017 Reapresentado
Provisões de Férias	11.378.659,97	6.843.542,95
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	4.184.558,84	2.691.007,85
<b>Total</b>	<b>15.563.218,81</b>	<b>9.534.550,80</b>

#### NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) **Capital Social**- No exercício de 2018 não houve integralização de capital. O capital social subscrito da companhia está composto de 2.300.000.000 ações, sendo 2.206.355.811 ordinárias e 93.644.189 preferenciais. Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas. O valor do capital social autorizado da Companhia e de R\$ 3.300.000.000,00, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018. A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações		%		Total	
	Ordinárias	Preferenciais	%	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	2.205.979.611	93.644.189	99,98	100	2.299.623.800	99,98
Demais Acionistas	376.200	-	0,02	-	376.200	0,02
<b>Total</b>	<b>2.206.355.811</b>	<b>93.644.189</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>2.300.000.000</b>	<b>100</b>

b) **Créditos para Aumento de Capital**- Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2018	2017 Reapresentado
Saldo Inicial	508.537.683,77	379.347.220,55
Recursos Recebidos do Governo do Estado	150.117.300,06	129.190.463,22
Integralização de Capital	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>658.654.983,83</b>	<b>508.537.683,77</b>

c) **Reserva de Reavaliação**- Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2018 foi realizado o montante de R\$ 5.953.830,66 (R\$ 6.128.575,61 em 2017).

**NOTA 13 – RECEITAS OPERACIONAIS**-A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2018	2017 Reapresentado
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>355.589.161,54</b>	<b>285.932.622,84</b>
Receita de Serviço de Água	318.151.622,07	257.405.040,63
Receita de Serviço de Esgoto	31.372.333,08	24.101.255,29
Outros Serviços	6.065.206,39	4.426.326,92
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(39.713.594,54)</b>	<b>(37.199.171,40)</b>
COFINS	(26.224.480,68)	(21.017.940,69)
PASEP	(5.693.472,78)	(4.563.105,54)
Cancelamentos/Devoluções	(6.343.999,38)	(7.584.012,36)
Descontos Concedidos	(1.451.641,70)	(4.034.112,81)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>315.875.567,00</b>	<b>248.733.451,44</b>

**NOTA 14 – CUSTO DOS SERVIÇOS**-Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2018	2017 Reapresentado
Pessoal	(118.087.217,79)	(107.756.693,58)
Material	(1.487.329,47)	(1.265.727,38)
Energia Elétrica	(93.462.377,76)	(82.336.095,56)
Serviço de Terceiros	(44.227.300,28)	(39.155.391,89)
Depreciações e Amortizações	(42.979.279,61)	(43.897.652,53)
Outros Custos	(227.947,00)	(214.613,50)
Crédito PIS/COFINS	14.300.293,42	12.296.589,75
<b>Saldo Final</b>	<b>(286.171.158,49)</b>	<b>(262.329.584,69)</b>

**NOTA 15 – POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO**-Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, inerentes a impostos e contribuições, efetuados de acordo com a NBC TG 23(R2) – POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO, a seguir demonstrado:

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de Dezembro (Valores em Reais)

ATIVO	2017	2017
	Reapresentado	Publicado
<b>CIRCULANTE</b>	<b>126.002.983,93</b>	<b>126.002.983,93</b>
Caixa e equivalente de Caixa	2.193.710,66	2.193.710,66
Depósitos Bancários Livres	1.969.284,65	1.969.284,65
Depósitos Bancários Vinculados	224.426,01	224.426,01
Contas a Receber de Clientes	113.345.216,39	113.345.216,39
Outras Contas a Receber	4.402.029,56	4.402.029,56
Adiantamento a Funcionários	2.009.836,60	2.009.836,60
Despesas do Exercício Seguinte	469.895,76	469.895,76
Impostos e Contribuições a recuperar	2.707.319,08	2.707.319,08
Almoxarifado	874.975,88	874.975,88
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.540.500.609,78</b>	<b>1.540.500.609,78</b>
Realizável a Longo Prazo	110.280.611,65	110.280.611,65
Impostos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a Recuperar	84.969.800,06	84.969.800,06
Depósitos Judiciais	17.226.881,30	17.226.881,30
Contas a Receber de Clientes	8.083.930,29	8.083.930,29
Intangível Líquido	788.118.474,85	788.118.474,85
Imobilizado Técnico Líquido	6.306.476,57	6.306.476,57
Obras em Andamento	635.795.046,71	635.795.046,71
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.666.503.593,71</b>	<b>1.666.503.593,71</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2017</b>
	<b>Reapresentado</b>	<b>Publicado</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>707.280.348,84</b>	<b>417.558.575,01</b>
Fornecedores	70.718.571,26	70.718.571,26
Financiamentos	465.640,46	465.640,46
Impostos e Contribuições	610.127.562,97	320.405.789,14
Contingência a Pagar	9.840.310,45	9.840.310,45
Outras Contas a Pagar	6.593.712,90	6.593.712,90
Provisões Trabalhistas	9.534.550,80	9.534.550,80
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>488.504.676,55</b>	<b>488.504.676,55</b>
Financiamentos	65.137.180,27	65.137.180,27
Impostos e Contribuições	279.973.823,71	279.973.823,71
Provisões para Contingências	58.423.872,51	58.423.872,51
Tributo Diferido	84.969.800,06	84.969.800,06
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>470.718.568,32</b>	<b>760.440.342,15</b>
Capital Social	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00
Créditos para Aumento de Capital	508.537.683,77	508.537.683,77
Reserva de Reavaliação	164.941.376,78	164.941.376,78
Prejuízos Acumulados	(2.502.760.492,23)	(2.213.038.718,40)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.666.503.593,71</b>	<b>1.666.503.593,71</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em Reais)

	2017	2017
	Reapresentado	Publicado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>248.733.451,44</b>	<b>248.733.451,44</b>
Custo dos Serviços	(262.329.584,69)	(262.329.584,69)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>(13.596.133,25)</b>	<b>(13.596.133,25)</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(94.738.698,29)</b>	<b>(94.738.698,29)</b>
<b>Despesas Comerciais</b>	<b>(94.738.698,29)</b>	<b>(94.738.698,29)</b>
Pessoal	(3.816.563,02)	(3.816.563,02)
Serviços de Terceiros	(13.398.852,37)	(13.398.852,37)
Depreciação, Provisões e Amortização	(77.324.404,31)	(77.324.404,31)
Outras	(198.878,59)	(198.878,59)
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(66.317.166,74)</b>	<b>(66.317.166,74)</b>
Pessoal	(43.873.334,45)	(43.873.334,45)
Serviços de Terceiros	(14.148.387,72)	(14.148.387,72)
Depreciação, Provisões e Amortização	(7.062.949,63)	(7.062.949,63)
Tributárias	(50.785,72)	(50.785,72)
Outras	(1.181.709,22)	(1.181.709,22)
<b>Despesas/Receitas Financeiras</b>	<b>(361.103.255,07)</b>	<b>(371.381.481,24)</b>
Juros e Encargos Financeiros	(367.689.626,69)	(77.967.852,86)
Variações Monetárias e Cambiais	397.754,23	397.754,23
Receitas Financeiras	6.188.617,39	6.188.617,39
<b>Outras Despesas/Receitas Operacionais</b>	<b>(870.084,80)</b>	<b>(870.084,80)</b>
Ressarcimento e indenizações	687.657,41	687.657,41
Outras Receitas	1.802.141,70	1.802.141,70
Outras Despesas	(3.359.883,91)	(3.359.883,91)
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(233,32)	(107,35)

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Valores em Reais)

	2017	2017
	Reapresentado	Publicado
Prejuízo do exercício	(536.625.338,15)	(246.903.564,32)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Reapresentado) (Valores em Reais)

	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.800.000.000,00</b>	<b>717.207.908,43</b>	<b>177.088.663,87</b>	<b>(1.823.483.371,88)</b>	<b>870.813.200,42</b>
Aumento de Capital p/ subscrição	500.000.000,00	(500.000.000,00)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.018.711,48)	6.018.711,48	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	3.100.548,36	3.100.548,36
Crédito para Aumento de Capital	-	162.139.312,12	-	-	162.139.312,12
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(161.056.762,71)	(161.056.762,71)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>2.300.000.000,00</b>	<b>379.347.220,55</b>	<b>171.069.952,39</b>	<b>(1.975.420.874,75)</b>	<b>874.996.298,19</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.128.575,61)	6.128.575,61	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	3.157.145,07	3.157.145,07
Crédito para Aumento de Capital	-	129.190.463,22	-	-	129.190.463,22
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(536.625.338,15)	(536.625.338,15)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>2.300.000.000,00</b>	<b>508.537.683,77</b>	<b>164.941.376,78</b>	<b>(2.502.760.492,23)</b>	<b>470.718.568,32</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO (Valores em Reais)

	2017	2017
	Reapresentado	Publicado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(536.625.338,15)</b>	<b>(246.903.564,32)</b>
<b>Reversão de provisão Contingência Trabalhista</b>	<b>(4.196.152,20)</b>	<b>(4.196.152,20)</b>
<b>Provisão/Reversão de IR e CSLL Diferido s/ Prejuízo Fiscal</b>	<b>3.157.145,06</b>	<b>3.157.145,06</b>
<b>Provisão para Contingências Cíveis</b>	<b>5.773.347,37</b>	<b>5.773.347,37</b>
<b>Depreciação</b>	<b>44.175.747,17</b>	<b>44.175.747,17</b>
<b>Custos das Baixas do Ativo Permanente</b>	<b>54.089,77</b>	<b>54.089,77</b>
<b>Variações Monetárias e cambiais s/ Financiamentos</b>	<b>296.909.704,57</b>	<b>7.187.930,74</b>
<b>Variações nas Contas do Ativo</b>	<b>(19.095.064,16)</b>	<b>(19.095.064,16)</b>
Contas a Receber de Clientes	(15.783.439,81)	(15.783.439,81)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(560.589,42)	(560.589,42)
Estoques	(78.460,86)	(78.460,86)
Outras Contas a Receber	318.258,96	318.258,96
Deposito Judicial	(2.990.833,03)	(2.990.833,03)
<b>Variações nas Contas do Passivo</b>	<b>416.553.283,29</b>	<b>126.831.509,46</b>
Financiamento Externo	(14.359,54)	(14.359,54)
Fornecedores	12.137.304,68	12.137.304,68
Impostos e Contribuições a Recolher	411.118.465,16	121.396.691,33
Contingências Judiciais e Fiscais	(6.891.532,97)	(6.891.532,97)
Provisões Trabalhistas	(611.032,73)	(611.032,73)
Outras Contas a Pagar	814.438,69	814.438,69
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	(289.721.773,83)	-
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas - Atividades Operacionais</b>	<b>(83.015.011,11)</b>	<b>(83.015.011,11)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(52.406.319,53)</b>	<b>(52.406.319,53)</b>
<b>Aplicação no Ativo Permanente</b>	<b>(52.406.319,53)</b>	<b>(52.406.319,53)</b>
Sistema de Abastecimento de Água	(47.587.839,12)	(47.587.839,12)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(4.658.990,81)	(4.658.990,81)
Bens de Uso Geral	(159.489,60)	(159.489,60)
<b>Disponibilidades Geradas - Atividades de Investimento</b>	<b>(52.406.319,53)</b>	<b>(52.406.319,53)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>129.190.463,22</b>	<b>129.190.463,22</b>
<b>Financiamentos</b>	<b>129.190.463,22</b>	<b>129.190.463,22</b>
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	129.190.463,22	129.190.463,22
<b>Disponibilidades Geradas - Atividades de Financiamentos</b>	<b>129.190.463,22</b>	<b>129.190.463,22</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(6.230.867,42)</b>	<b>(6.230.867,42)</b>
<b>No Início do Exercício</b>	<b>8.424.578,08</b>	<b>8.424.578,08</b>
<b>No Final do Exercício</b>	<b>2.193.710,66</b>	<b>2.193.710,66</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(6.230.867,42)</b>	<b>(6.230.867,42)</b>



CLÁUDIO LUCIANO DA ROCHA CONDE Presidente	JOÃO HUGO BARRAL DE MIRANDA Diretor de Gerência	ENEDINA ALICE FERREIRA NAHUM Diretora Financeira	ANTONIO CARLOS CRISÓSTOMO FERNANDES Diretora de Operações
ALDA MARIA ALVES GONÇALVES COELHO Diretora de Gestão de Pessoas e Logística	FERNANDO JOSÉ DA COSTA MARTINS Diretoria de Expansão e Tecnologia	JOÃO SIMÕES DE CARVALHO NETO Contador - CRC-PA-011257/0-1	

Companhia possui outros débitos previdenciários e não previdenciários alguns em processos de parcelamento que estão sendo pagos e outros não parcelados. O montante dos débitos tributários ajustados e não ajustados totalizam o valor de R\$ R\$ 981.131 mil, (R\$ 890.101 mil (reapresentado) e R\$ 600.380 mil (publicado) em 2017), sendo o valor de R\$ 649.196 mil classificados no Passivo Circulante e R\$ 331.935 mil no Passivo Não Circulante. O total das amortizações pagas em juízo relativas aos débitos ajustados e acordados judicialmente totalizaram o montante de R\$ 19.717 mil (R\$ 25.943 mil em 2017). A atualização dos saldos com os débitos tributários integrantes do acordo judicial e dos outros débitos parcelados e não parcelados, foram efetuadas com base em levantamentos integrais realizado pela Companhia e outros através de extrato das dívidas obtidos junto a Receita Federal (RFB/PGFN). Consideramos que esses montantes estão sujeitos a eventuais alterações para ou para menos, decorrentes da necessidade de ajustes contábeis para atualização das dívidas pelos seus montantes efetivos, quando da consolidação dos valores nos processos do acordo judicial e demais parcelamentos, com reflexo nas contas patrimoniais relacionadas do Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **6)** Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e 10 sob a rubrica de Provisão para Contingências, a administração da Companhia adota posição conservadora e reconhece provisão para perdas sobre as contingências trabalhistas e cíveis com avaliação de risco de perdas prováveis e possíveis. O montante das contingências contabilizadas foi de R\$ 78.442 mil, (R\$ 68.264 mil reapresentado e publicado em 2017), sendo classificado o valor de R\$ 14.792 mil no Passivo Circulante e R\$ 63.650 mil no Passivo Não Circulante. Na opinião dos consultores jurídicos e dos administradores os valores contabilizados são considerados suficientes para cobrir os prejuízos decorrentes das perdas nos processos. Dependendo das decisões finais nas demandas judiciais em tramitação, após sentenciadas, poderá ocorrer à necessidade de ajustes contábeis para mais ou para menos sobre os valores dessas provisões para contingências, com reflexo sobre os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **7)** Conforme descrito na nota explicativa 12b no exercício de 2018 foi recebido do acionista controlador Governo do Estado do Pará o montante de R\$ 150.117 mil (R\$ 129.190 mil em 2017) destinados ao financiamento do custeio da Companhia e para investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo acumulado dos adiantamentos recebidos do acionista controlador para futuro aumento de capital totalizam o valor de R\$ 658.655 mil, (R\$ 508.538 mil reapresentado e publicado em 2017). Não existe formalização do compromisso e data estabelecida, através de assembleia dos acionistas, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos para aumento de capital por parte do acionista controlador. A falta de formalização da natureza dos créditos para aumento de capital por parte do acionista controlador, bem como a falta de prazo contratual estabelecido em assembleia de acionista, pode gerar incerteza quanto à efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos referidos créditos, com reflexos sobre os saldos do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido. **8)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em conformidade ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, apresentam à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Após exame das Demonstrações Contábeis de 2018 com informações detalhadas à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhado pela Diretoria da Companhia, constatamos as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 13 de março de 2019, que merecem acompanhamento por parte da COSANPA. Assim sendo, os Membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados com base no Relatório contendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de Exercício de 2018 e Parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação. Belém (PA), 13 de março de 2019.

ADÉLIA MARIA DA SILVA MACEDO  
Conselheira Titular-Presidente

MARIA CRISTINA MAUÉS DA COSTA  
Conselheira Titular

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

**Opinião.** Srs. Diretores e Acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - Belém - PA  
**Opinião com ressalva** - Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva - 1)** Os saldos contábeis do grupo Ativo Não Circulante do Ativo Imobilizado (técnico em uso e obras em andamento) e Ativo Intangível, em 31/dez./18, são respectivamente nos valores de R\$ 5.226 mil, R\$ 691.632 mil e R\$ 750.176 mil, todavia os exames efetuados nos controles internos da Companhia para os referidos saldos, indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que afetam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e resultado, levando em conta a seguir a seguinte opinião sobre os saldos dessas contas. **2)** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e, 3f e 6, a Companhia não efetuou estudo para avaliação da vida útil restante e de valor residual dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e Intangível, para definição das vidas úteis e bases de cálculos das depreciações e amortizações, conforme estabelecido pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes da utilização de taxas de depreciação e amortização pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Intangível, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2018 e 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e com os demais responsáveis pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Ênfase - 1)** Conforme as demonstrações de resultados dos exercícios comparativos, a Companhia tem incorrido na apuração de sucessivos prejuízos líquidos, sendo no exercício de 2018 de R\$ (244.415) mil e em 2017 de R\$ (536.625) mil (reapresentado) e (246.904) mil (publicado). Na composição do patrimônio líquido o saldo dos prejuízos acumulados totalizam o montante de R\$ (2.738.154) mil até 2018 e de R\$ (2.502.760) mil (reapresentado) e R\$ (2.213.039) mil (publicado) até 2017. Os últimos dados apresentados sobre o desempenho operacional da Companhia indicam a existência de riscos que podem gerar incertezas quanto sua capacidade de continuidade operacional, cuja posição para ser revertida dependeria do aumento de aportes de recursos financeiros durante os exercícios futuros por parte de seu acionista controlador, bem como da implantação de um plano de recuperação econômica capaz de promover o crescimento nos níveis de sua arrecadação com redução dos custos e despesas. As demonstrações contábeis estão preparadas sob o princípio contábil da continuidade operacional, supondo a utilização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal das operações. O Governo do Estado do Pará aderiu ao programa nacional de privatização das empresas do setor público de saneamento básico, instituído pelo Governo Federal, sendo contratado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, uma empresa de consultoria para a realização dos estudos de modelagem econômica. **2)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 53 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 9 municípios estão com suas concessões regulares, 31 municípios funcionam com convênio de cooperação e 13 municípios não têm acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. No exercício de 2015 foi celebrado o contrato de programa com o município de Belém e região metropolitana. Os contratos de concessão vigentes têm prazos que variam de 20 a 30 e atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras de concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da Companhia, mantém no ativo imobilizado o montante R\$ 5.226 mil (R\$ 6.306 mil (reapresentado e publicado em 2017)), correspondentes aos ativos de uso geral ou administrativos da Companhia. Não nos foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia. **3)** Conforme descrito na nota explicativa nº 4, a Companhia possui o montante de R\$ 141.484 mil (R\$ 121.429 mil (reapresentado e publicado em 2017)), sendo R\$ 132.947 mil no Ativo Circulante e R\$ 8.537 mil no Ativo Não Circulante, referente aos saldos líquidos de contas a receber de usuários do sistema, representados por faturas a vencer e vencidas e dos saldos com parcelamentos negociados de faturas em atraso. A Companhia adota como política para reconhecimento da provisão para perdas de créditos, as faturas vencidas há mais de 180 dias de particulares e órgãos públicos. O montante da provisão para perdas no recebimento de créditos totaliza em R\$ (570.791) mil, (R\$ (515.929 mil, reapresentado e publicado em 2017)). No exercício de 2018 a média de faturamento mensal da Companhia foi de R\$ 29.638 mil para uma arrecadação média de R\$ 19.823 mil, o que representa 67% de liquidez para a realização do faturamento em razão do índice médio de 32% da inadimplência neste exercício. Consideramos que os índices de inadimplência sobre o faturamento da Companhia e sua política para o reconhecimento das perdas de créditos, resultam em frequentes ajustes sobre os saldos das contas a receber de usuários, com reflexos sobre saldos do Ativo Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **4)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 81.903 mil, (R\$ 84.970 mil reapresentado e publicado em 2017), registrados no Ativo Não Circulante, cujos valores estão limitados ao total da provisão passiva de tributos diferidos calculada com base no saldo a realizar da Reserva de Reavaliação de Ativo Intangível. A realização dos saldos de créditos fiscais ativos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Considerando que os resultados futuros podem não corresponder com as expectativas da administração da Companhia, os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos a ajustes contábeis com reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **5)** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia possui um acordo judicial feito com Procuradoria Geral da Receita Federal - PGFN para o pagamento de dívidas previdenciárias e não previdenciárias, ajustadas e não ajustadas, mediante cronograma de amortização em 240 parcelas com vencimento final até dezembro de 2034. O valor fixado para pagamento mensal do cronograma de amortização da dívida acordada é calculado a razão de 5% do montante da arrecadação mensal da Companhia, sendo o pagamento das parcelas de amortização efetuado através de depósitos em juízo. A

**Principais assuntos de auditoria - Sistemas integrados de gestão** - A Companhia não possui sistema integrado de gestão, o que permite a integração das informações contábeis, financeiras, administrativas e departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com um sistema para o módulo contábil e outro sistema para os demais módulos da Companhia. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações sistêmicas para unificar estes módulos. Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, avaliação e eficácia operacional dos principais controles internos relacionados ao processo implementados pela Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis e com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos** - Demonstração do valor adicionado - Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em nossa demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a razoabilidade dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos que existe incerteza quanto à continuidade operacional da empresa e estamos incluindo ênfase auto-explicativa sobre o assunto. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências identificadas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Recife, 28 de fevereiro de 2019 - AudiLink & Cia. Auditores-CRC/RS 003688/O-2 S-PA-Roberto Caldas Bianchessi-Contador CRC/RS 040078/O-7 S-PA.